Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto-lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-lei n.º 27:658

Tem o Governo dado nos últimos anos impulso considerável à indústria da pesca do bacalhau, por assim o aconselhar o interesse nacional.

Verifica-se que para a campanha de 1937 não se apresentaram à matrícula pescadores em número suficiente para que nela possam tomar parte todos os navios que constituem a frota bacalhoeira, incluindo os que se estão acabando de construir.

O interesse da Nação exige porém que saiam à pesca todas as unidades em condições de o fazer.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São mobilizados todos os pescadores de bacalhau matriculados para a campanha de 1936 e que até ao dia 15 do corrente mês não concorreram à matrícula para a campanha de 1937.

Art. 2.º Os pescadores mobilizados que não se apresentarem no prazo que lhes fôr fixado pelos capitães dos portos ou delegados marítimos serão punidos como desertores, nos termos dos artigos 19.º e seguintes do decreto n.º 13:441, de 8 de Abril de 1927.

Art. 3.º O Governo regulará oportunamente, pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, a forma e importância da remuneração dos pescadores mobilizados e as demais condições em que devem prestar o trabalho.

§ único. A remuneração será estipulada com base nos salários da campanha de 1936, mas apenas em proporção do peixe colhido.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa —

Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Decreto n.º 27:659

O decreto regulamentar publicado no *Diário do Governo* n.º 44, 2.ª série, de 24 de Fevereiro de 1921, quando a concessão do estabelecimento termal das Caldas de Monchique reverteu para o Estado, indicava que, até nova adjudicação, seria este gerido por uma comissão de funcionários administrativos e do Estado.

Desde então até à presente data, embora não se publicassem diplomas de nomeação, têm desempenhado as funções de vogais da comissão administrativa os indivíduos que exercem as funções indicadas no referido decreto, considerando assim como inerentes a essas funções a administração das Caldas de Monchique.

Em 23 de Janeiro de 1932 foi publicado o decreto-lei n.º 20:816, destinado a facilitar a realização de melhoramentos nesta concessão do Estado.

Previo-se uma rápida adjudicação, baseada no relatório da comissão de estudo, nomeada por portaria de 7 de Fevereiro de 1929.

Pensou-se posteriormente em melhorar, antes de promover a nova adjudicação, alguns serviços e bens da estância termal, aliviando conseqüentemente os encargos que o futuro adjudicatário terá de suportar.

Decorridos cinco anos entende o Governo que mais não deve protelar a entrega da gerência do estabelecimento termal das Caldas de Monchique à comissão administrativa indicada no artigo 2.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 20:816.

Constituindo-se esta comissão, mais facilmente a iniciativa particular poderá colaborar com os elementos oficiais no desempenho da missão que lhes é confiada.

Nos termos do artigo 6.º do decreto lei n.º 20:816; Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Todas as funções atribuídas à comissão de gerência do estabelecimento termal das Caldas de Monchique, indicada no decreto publicado em 24 de Fevereiro de 1921, passam para a comissão administrativa prevista no artigo 2.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 20:816, publicado em 23 de Janeiro de 1932.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Abril de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Pedro Teotónio Pereira.